



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0001197-19.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Sirlene Conceicao de Souza Blanco**
 Requerido: **MIGUEL APARECIDO ANGELO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A ré Elizabeth Ferreira Fontana deixou de ser citada, dado o anúncio do seu falecimento, tendo a autora formulado pedido de desistência da ação em face da mesma.

Já o réu é MIGUEL APARECIDO ANGELO tornou-se revel, pois, citado regularmente ele deixou de comparecer à audiência designada, de modo que se aplicam as consequências previstas no art. 20 da Lei nº 9.099/95.

Por outro lado, os documentos de fls. 2/6 conferem verossimilhança à reclamação da autora.

Assiste, pois, razão à autora.

Isto posto: 1) Homologo a desistência da ação em face da ré Elizabeth Ferreira Fontana, com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, anotando-se; 2) **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu MIGUEL APARECIDO ANGELO a providenciar os pagamentos dos débitos relativos ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

IPVA incidentes sobre o veículo Ford/Escort L, placa IAZ-9323 a partir do ano de 2009 até a ocorrência da baixa definitiva do mesmo.

Fixo para o cumprimento da obrigação o prazo máximo de 15 dias, contados após o trânsito em julgado desta, sob pena de não o fazendo incidir em multa diária no importe de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00.

Anoto que para o caso de descumprimento da obrigação e sendo o limite da multa atingido, esta se converterá em perdas e danos em favor da autora, prosseguindo-se a execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**